

JARDIM, Eduardo. *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, 160 p.

Maria Isabel Bordini\*

O livro de Eduardo Jardim, *Hannah Arendt: pensadora da crise e de um novo início* compõe uma espécie de mapa dos principais temas e obras da filósofa alemã. Dividido em três partes, o texto procura retratar o itinerário de investigação da autora. Tendo em conta que para Hannah Arendt a atividade de pensar é uma resposta às experiências de cada dia e uma tentativa de atribuir-lhes significado, o trabalho de Eduardo Jardim leva ainda em conta aspectos da vida da autora, bem como do ambiente em que sua obra foi elaborada, o que se dá por meio da inclusão de um resumo biográfico no primeiro capítulo, bem como de diversas referências, ao longo do livro, às circunstâncias em que seus textos foram escritos.

A primeira parte, “O totalitarismo e a crise da autoridade”, trata da pesquisa e das formulações de Hannah Arendt a respeito do fenômeno do totalitarismo, especialmente do nazismo. Esse esforço investigativo, que a filósofa realizou ao longo dos anos 1940, resultou em *Origens do totalitarismo* (1951), obra indispensável no cenário do pensamento político do século XX. Eduardo Jardim apresenta a interpretação de Hannah Arendt acerca da história da Era Moderna, interpretação que lhe permite captar e compreender a novidade do totalitarismo. A chave para entender o sucesso dos movimentos totalitários estaria na lacuna surgida com a falência da autoridade política no ocidente. Segundo Eduardo Jardim, a tese central de *Origens do totalitarismo* é a de que “no momento em que, ao longo da história moderna, as estruturas políticas tradicionais foram destruídas, elementos subterrâneos da história européia, como o antissemitismo e o racismo, puderam vir à tona e se cristalizar na experiência totalitária” (JARDIM, 2011, p. 26).

---

\*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Letras (área de concentração em Estudos Literários) da UFPR. Bacharel em Direito pela UFPR (Universidade Federal do Paraná). E-mail: [belbordini@gmail.com](mailto:belbordini@gmail.com)

O autor expõe e comenta a estrutura argumentativa de *Origens*, detendo-se em cada uma das três partes da obra – Antissemitismo, Imperialismo e Totalitarismo –, e, a seguir, examina como Hannah Arendt amplia seu campo de investigação ao tratar das várias rupturas que caracterizam a Era Moderna e de como a crise da religião e da tradição do pensamento prepararam o terreno para a crise dos sistemas políticos no século XX. O texto “Que é autoridade?”, ensaio incluído em *Entre o passado e o futuro* (1954), e também os estudos que culminaram na redação de *A condição humana* (1958) oferecem uma espécie de retrato da Era Moderna, que tem por traço característico a alienação do mundo, a qual se deve, por sua vez, a três acontecimentos fundamentais e, segundo Hannah Arendt, inaugurais da modernidade: a descoberta dos novos continentes, a Reforma protestante e a invenção do telescópio. Eduardo Jardim demonstra como, na argumentação da autora, esses dados se articulam e resultam, no âmbito da investigação filosófica, na substituição da antiga confiança na capacidade humana de abrir-se à verdade (segundo a formulação platônica de verdade como experiência da correção do olhar na direção da ideia) pela incerteza. Como resultado, a mentalidade moderna estaria marcada pelo sentimento de instabilidade do mundo e pela elevação do trabalho ou fabricação como a atividade mais importante do homem. Contudo, a descrença na capacidade humana de apreender qualquer tipo de certeza teria, ao mesmo tempo, impedido a fixação de padrões de orientação, os quais são indispensáveis à atividade da fabricação. Esta, então, cedeu lugar ao labor, a atividade responsável pela manutenção e reprodução da vida do homem, e a noção de processo, que antes dizia respeito às etapas do trabalho humano que visavam um objetivo previsto (a confecção de um produto), passou a significar um movimento incessante e repetitivo (como o ciclo da vida biológica, que se mantém por gerações sucessivas) que não se orienta a qualquer fim. O surgimento do fenômeno do totalitarismo coincide com a falência de um mundo no qual a história era dotada de uma direção e um significado. “A autoridade”, diz Eduardo Jardim, “estava associada à possibilidade de reconhecimento de um padrão a que se tinha acesso imediatamente pelo poder da contemplação. A Era Moderna desfez esse enlace” (JARDIM, 2011, p. 62).

A segunda parte, “Política”, se ocupa mais detidamente da teoria política desenvolvida por Hannah Arendt, particularmente através do exame do conceito de liberdade formulado pela autora e da teoria da ação (à qual o tema da liberdade está

intimamente associado). De modo interessante, Eduardo Jardim introduz o pensamento político de Hannah Arendt expondo uma série de preconceitos relativos à política que a filósofa procurou explicitar, examinar e descartar em seu livro *Introdução à Política* (obra iniciada nos anos 1950 e nunca concluída). Uma das coisas certamente relevantes nessa exposição é que ela também serve para questionar o “preconceito atual contra tudo o que é de natureza pública e plural” (JARDIM, 2011, p. 11). Contrariando a noção corrente de seu tempo (e quiçá do nosso), Hannah Arendt afirma que o sentido e a razão de ser da política encontram-se na liberdade. Ela refuta tanto a noção de liberdade proveniente do liberalismo – que, dissociando a liberdade da política, resume-a ao conjunto das liberdades individuais a serem garantidas pelo Estado, que de resto não deve interferir na vida dos indivíduos – quanto uma concepção positiva de liberdade que a associa diretamente à política, tomando a experiência política como um instrumento de libertação dos homens em direção a algum ideal de aperfeiçoamento e realização. Para Hannah Arendt, postular um princípio superior que deva orientar a ação política (o pleno esclarecimento, segundo os iluministas; a abolição das classes, segundo Marx e seus seguidores) é interpor um obstáculo a uma dimensão essencial dessa ação: a espontaneidade.

Para a autora – e aí se encontra a novidade da sua teoria da ação – a liberdade é um exercício que ocorre quando os homens interagem em posição de igualdade numa esfera – a esfera pública – que se opõe àquela na qual os homens apenas se ocupam de suas necessidades privadas – a esfera privada. A ação, portanto, atividade que corresponde à condição humana da pluralidade, encontra-se na base do que Hannah Arendt entende como política. E a ação, por ser a mais espontânea atividade humana, opõe-se a toda instrumentalidade e, conseqüentemente, a toda violência. Desse modo, o poder que surge da associação política dos homens é, por essência, não violento. O tema mais específico da relação e oposição entre poder e violência é mencionado, mas não desenvolvido por Eduardo Jardim. Acreditamos ser essa uma das contribuições mais relevantes do pensamento político de Hannah Arendt ao nosso tempo – a ideia, que vai na contramão não só do senso comum, mas da quase totalidade da teoria política, de que a violência não é uma manifestação (a mais flagrante manifestação) do poder, mas é justamente o seu oposto.

Na terceira e última parte, “A vida do espírito”, Eduardo Jardim aborda os últimos escritos de Hannah Arendt, que tratam das atividades do espírito (o pensar, o querer e o

julgar). Esse tema foi desenvolvido em dois livros, publicados ambos depois da morte da autora: *A vida do espírito*, livro que ficou inacabado, e *Lições sobre a filosofia política de Kant*. O interesse pelo assunto, especialmente sobre a relação entre as atividades de compreender e julgar, lhe foi despertado, como Eduardo Jardim aponta, pelo episódio do julgamento de Eichmann em Jerusalém, em 1960, que Hannah Arendt presenciou e registrou. A hipótese que ela então levantou, e que buscou responder através de sua investigação das atividades do espírito, foi a de que os crimes cometidos por Eichmann não resultavam de uma motivação profunda, mas sim da incapacidade de pensar, isto é, de retirar-se do mundo para submeter os fatos ao escrutínio do pensamento e de retornar ao mundo através do exercício de julgar. “A irreflexão de Eichmann se deveu ao fato de ele nunca ter sido capaz de expor-se ao vento do pensamento. A ausência de questionamento das ordens que recebeu bloqueou sua capacidade de julgar” (JARDIM, 2011, p. 139). O problema do mal e a questão da consciência moral se articulam, portanto, à ausência ou ao exercício do pensamento e do juízo.

Eduardo Jardim, desse modo, sintetiza e articula os pontos-chave da obra de Hannah Arendt de uma forma que é tanto proveitosa àqueles que tomam um primeiro contato com a filósofa quanto instigante àqueles que desejam se aprofundar nas suas considerações. O seu livro cumpre, de modo inteligente e acessível, a importante tarefa de dar maior visibilidade no panorama brasileiro da filosofia e do pensamento político à pessoa e às reflexões de Hannah Arendt.